

Estradas Eletrônicas

Luís Martins*

Datahighways ou, para nós, estradas eletrônicas. Este é um conceito que, no momento, domina boa parte do debate internacional sobre o futuro das telecomunicações. Um admirável mundo novo da telemática já está sendo desenhado. Em breve, o planeta começará a ser interligado por redes de fibras óticas para o tráfego instantâneo de informações multimidiáticas e interativas: dados, textos, imagens, sons, vozes e cores. Não que um governo mundial - à *la Big Brother* de George Orwell - assim o trame, mas porque as megacorporações empresariais do ramo já elaboraram suas estratégias de palmilhamento do *mapa mundi* em termos de mercado e já se adiantaram aos próprios governos, apresentando um novo avanço tecnológico, antes mesmo da sua regulamentação pelos poderes legislativos.

A estatal brasileira das Telecomunicações, a Telebrás, a empresa que mais investe no Brasil (mais que a Petrobrás) prevê para o ano de 2003 o amadurecimento de um projeto nacional de estradas eletrônicas que, partindo de Buenos Aires, passando por Montevidéu, chegará até Florianópolis. O trecho Rio-São Paulo já está cabeado, enquanto que o de Florianópolis a Fortaleza se encontra sob licitação. Este ramal será interligado às Américas Central e do Norte, daí para a Europa e, finalmente, África. Cidades como Brasília já terão, em 1994, cabeamento ótico experimental que chegará ao usuário em 1995. Estados como Santa Catarina e Minas Gerais já estão em franca substituição das redes comuns por malhas óticas. Os antigos cabos transoceânicos estão sendo reabilitados, mas desta vez, não cabos de cobre, mas de fibras óticas. Eles já são competitivos em relação aos próprios satélites.

A ponta da tecnologia em matéria de comunicação via rede se encontra no seguinte pé, em termos de potencialidade: no lar, um único cabo (de fibra ótica) e um único eletrodoméstico possibilitando recepção e envio de mensagens verbi-voco-tátil-áudio-visuais, além de lazer diversificado. O salto para este aparelho multimídiá passa pelo TV/PC, um computador que tanto pode fazer as vezes de correio eletrônico e de videofone, quanto poderá funcionar como televisor digital (o atual é analógico), rádio, videocassete, CD-Player, videogame e terminal de consulta a bancos de dados, bancos comerciais (*home banking*), lojas comerciais (*home shopping*) e de opinião e votação (teledemocracia). E tudo isso com um detalhe: alta definição em termos de tela. Não é ficção, a Apple está lançando o McTV. Mesmo que o uso não se dê por um único aparelho, o fato é que cada indivíduo poderá entrar em rede como uma central de informação,

* Professor da Faculdade de Comunicação e doutorando em Sociologia - UnB

a partir de sua residência ou de linhas públicas.

Um bom tempo ainda se passará para que a escala comercial permita o barateamento dos custos e a universalização do acesso às novíssimas tecnologias de comunicação. Muita polêmica ainda vai se desenrolar, pois cada uma das partes envolvidas em termos de tecnologia e atendimento puxam a brasa para a sua sardinha. As companhias telefônicas se dizem o carro-chefe sob o argumento de que já controlam o tráfego informatizado de informações, via *modem*. As companhias elétricas argumentam que, mais que as telefônicas, elas é que chegam, de fato, a quase todos os lares. As televisões por cabo acham que a nova ordem telemática mais se ajusta ao tipo de *habitus* que já introduziram. As companhias de satélites, por sua vez, questionam da seguinte forma: para que criar estradas eletrônicas na terra se elas já existem nos céus? Um bom especulador do mercado de ações certamente comporá uma cesta de investimentos, pois todas elas terão a sua fatia no bolo dos recursos privados e estatais a serem carreados para as *superdatahighways*. De fato, quem tem jogado com papéis das empresas de telecomunicações tem obtido boa remuneração e tudo indica que a tendência persistirá, pois elas lidam mais precisamente com o futuro tecnológico.

Nem tudo, porém, é tranqüilo neste horizonte das estradas eletrônicas. Os próprios governos estão confusos diante dos desafios. O recabeamento das atuais redes (de cabos coaxiais) exigirá dispêndios astronômicos, numa época de crise e déficits. Outro dilema, diz respeito às modalidades de apropriação e gerenciamento dessas novas pistas. Serão públicas? Serão estatais? Serão privadas? Conseguirão os vários países padronizar diferentes sistemas de fabricação e de transmissão? Como controlar a transmissão e recepção de informações interfronteiras se, hoje, já é possível com uma pequena parabólica captar mais de cem canais de tevês? O que impedirá que, em outro país, uma emissora alugue uma faixa de transmissão via satélite e teledifusione programas, em português, para o Brasil?

Respostas às novas inquietações tecnológicas estão sendo procuradas internacionalmente, pois não são poucas as mudanças sociais decorrentes, tanto funcionais quanto culturais. Mesmo países de Terceiro Mundo, como o Brasil, já estão inseridos na discussão, ainda que restrita a redutos especializados, que já se reúnem e discutem há pelo menos um ano. Em breve, a sociedade brasileira como um todo, convocada ou não para se pronunciar, estará diante de decisões a serem tomadas. O problema é se, mais uma vez, os grupos econômicos mais poderosos (e, portanto, mais articulados) apresentarem para a sociedade alternativas já concretizadas, opções já feitas. Um exemplo é a questão da tevê por cabo, que chega com 20 anos de atraso, mas com o respectivo mercado fatiado entre grandes grupos, antes mesmo que a regulamentação seja aprovada no Congresso.

Nos Estados Unidos, precisamente um tema do momento, no âmbito da Federal Commission of Communications (FCC), são as estradas eletrônicas. A diferença é que, lá, a preocupação central é a de se evitarem monopólios. A tôni-

ca é: toda força à concorrência entre os grupos privados, de forma que o beneficiado seja, acima de tudo, a população e não apenas os grupos econômicos. Um funcionário da FCC, que recentemente passou pelo Brasil e por Brasília, manifestou em em conferências a convicção de que os governos estancam as tecnologias quando as estatizam ou quando induzem as sociedades a opções tecnológicas. É que tecnologias são domínios demasiadamente mutantes para ficarem congelados. A tevê de alta definição japonesa saiu mais cara e já ultrapassada em relação às concorrentes digitais não protegidas. Para o *american way of life*, portanto, a receita universal chama-se livre-concorrência. Trata-se, certamente, de um um ponto-de-vista que identifica interesse público com produtos melhores e mais baratos para o consumidor. Numa ampla economia de mercado isso pode funcionar bem, até mesmo nos setores elétricos e telefônicos. Numa economia incipiente, certos setores não apresentam tanto apelo comercial ou são por demais intensivos em matéria de investimentos, daí, a presença estatal.

Num país em que o Estado esteja intimamente entrelaçado com os interesses de grupos econômicos, fica difícil encontrar uma posição lúcida diante da antinomia estatização/privatização, se nenhuma das alternativas estiver representando, de fato, o interesse público. No Brasil, ainda não caiu o monopólio estatal das telecomunicações, mas diz o senso comum que elas já estão privatizadas, repartidas entre alguns poderosos segmentos empresariais. Ou seja, privatizadas no pior sentido: com uma capa estatal, mas com privilégios direcionados para um certo privatismo e não para a livre-iniciativa de mercado. De qualquer maneira, a estatização não é sinônimo de interesse público. A própria sociedade é que tem de criar mecanismos de controle, tanto do Estado quanto dos grupos privados.

Novas tecnologias estão sempre advindo, como é o caso, neste momento, dos sistemas de comunicação remota por satélite, que permitem contatos entre usuários que se encontrem em regiões isoladas e distantes dos espectros normais de abrangência das redes urbanas. Seria o caso de Amyr Klink, num barco na Antártida, falar com um colega seu, num barco no Rio Amazonas, sem nenhum deles ter à vista um orelhão. É difícil, portanto, imaginar um Estado poliabrangente e polivalente em termos de proteção de áreas tecnológicas nascentes. Mas é possível imaginar-se um Estado capaz de zelar para que os grupos não vilipendiam o interesse público. Um Estado a serviço de outro tipo de dominação, a coisa pública e não a supremacia estritamente mercantil.